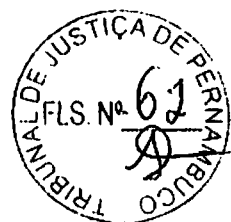




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Des. Helena Costa Reis



027

HABEAS CORPUS Nº 201.967-8 - IGARASSU (Vara Criminal).

IMPETRANTE: Defensora Pública Dra. Roberta Rodrigues Pitanga.

PACIENTE: Ítalo dos Santos Ferreira.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho.

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. Christiane Roberta G. de Farias Santos.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

5058

EMENTA: CONSTITUCIONAL, PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO (Art. 157, §2º, I DO CÓDIGO PENAL). ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS ENSEJADORES DA PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTOS PRESENTES: NECESSIDADE DE ASSEGURAR A ORDEM PÚBLICA. INSTRUÇÃO CRIMINAL CONCLUÍDA - SÚMULA Nº 52 DO STJ. DENEGAÇÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.

- I - Pressupostos, motivo e fundamentação da custódia presentes na decisão monocrática atacada.
- II - A necessidade da custódia cautelar restou amplamente demonstrada. Necessidade de garantia da ordem pública.
- III - Instrução criminal encontra-se encerrada. Súmula nº 52 do Superior Tribunal de Justiça.
- IV- Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 201.967-8, no qual figura como paciente ÍTALO DOS SANTOS FERREIRA, ACORDAM os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal desse Tribunal de Justiça de Pernambuco, na sessão



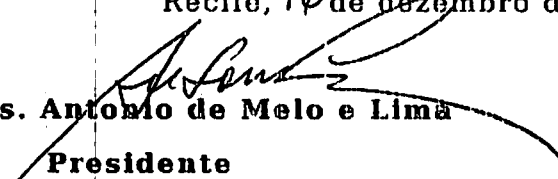
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desa. Helena Costa Reis

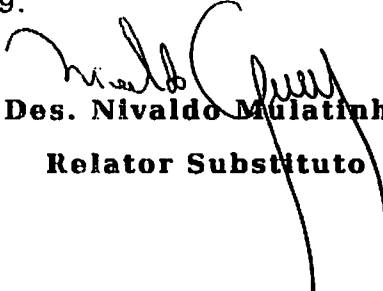


028

de /12/2009, à unanimidade, em denegar a ordem pleiteada, nos termos do parecer ministerial, relatório e voto, que seguem em anexo e passam a integrar este aresto.

Recife, 16 de dezembro de 2009.


Des. Antonio de Melo e Lima
Presidente


Des. Nivaldo Mulatinho
Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desa. Helena Cadla Reis



029

HABEAS CORPUS Nº 201.967-8 - IGARASSU (Vara Criminal).

IMPETRANTE: Defensora Pública Dra. Roberta Rodrigues Pitanga.

PACIENTE: **Ítalo dos Santos Ferreira**.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho.

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. Christiane Roberta G. de Farias Santos.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

RELATÓRIO

Cuida-se de pedido de ordem de habeas corpus liberatório ajuizado pela Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, por intermédio do Dra. Roberta Rodrigues Pitanga, em prol de **Ítalo dos Santos Ferreira**, qualificado às fls. 02/03 dos autos.

A autoridade apontada como coatora é o Exmo. Dr. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Igarassu/PE.

Notícia a impetrante que o paciente responde ao Processo nº 220.2008.001593-68, como incurso nas penas do artigo 157, § 2º, I e II, do Código Penal Pátrio, encontrando-se recolhido no Presídio daquele Município.

Alega, na peça vestibular, a configuração de irrazoabilidade no excesso de prazo na prisão provisória.

Informa que, em sede de Mutirão Carcerário, foi formulado pedido de relaxamento de prisão em favor de **Ítalo dos Santos Ferreira**, tendo o Julgador oficiante indeferido o pleito, em desrespeito aos princípios da presunção da inocência e da razoabilidade.

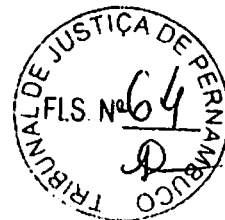
Assevera, ainda, a inexistência das hipóteses autorizadoras da segregação provisória. A impetrante cogita, também, da inexistência dos requisitos autorizadores da favorabilidade de seus atributos subjetivos, aptos a garantir-lhe o direito de responder ao processo em liberdade.

A impetração veio acompanhada de documentos (fls. 13/27).

O pleito liminar restou indeferido (decisão de fls. 34/35).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Des. Helena Cadia Reis



030

O Juiz *a quo* prestou as informações solicitadas (fls. 41).

Por meio do parecer da lavra da Exma. Sra. Procuradora de Justiça convocada, Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos, o Ministério Público pugnou pela denegação da ordem. (fls. 47/49).

É o relatório.

VOTO

O presente pedido de ordem de *Habeas Corpus* foi ajuizado em favor de **Ítalo dos Santos Ferreira**, denunciado, pelo Ministério Público Estadual, ante a prática dos crimes previstos no art. 157, § 2º, inciso I do Código Penal (roubo majorado por emprego de arma de fogo).

Impende destacar, primeiramente, que a alegativa de constrangimento ilegal, no presente *mandamus*, decorre da suposta ausência de fundamento para a manutenção da custódia cautelar do paciente, bem como em razão de o paciente possuir predicados que o habilitam a aguardar o feito em liberdade.

A decisão do Juízo Monocrático que indefere o pedido de liberdade provisória, articulado pela defesa do paciente, encontra-se indubitavelmente calcado nos ditames legais e processuais (fls. 27) e arrima-se no desrespeito à Ordem Jurídica, evidenciada pela prática de grave crime que se banaliza na sociedade hodierna e repercute enormemente na sensação de intranquilidade que grassa atualmente, mesmo fora das urbes mais populosas.

De outra parte, depreende-se da decisão de 1º Grau que indeferiu o pedido de liberdade (fls. 27) que Ítalo dos Santos Ferreira responde a outro processo, evidenciando a necessidade da manutenção de sua custódia provisória.

A liberdade provisória, no caso de prisão em flagrante, está subordinada à certeza da inoccorrência de qualquer das hipóteses que autorizam a prisão preventiva (Código de Processo Penal, artigo 310,



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desa. Helena Catlla Reis



031

caput e parágrafo único), decorrente dos elementos existentes nos autos ou de prova da parte onerada, o que não vem a ser a situação do ora paciente.

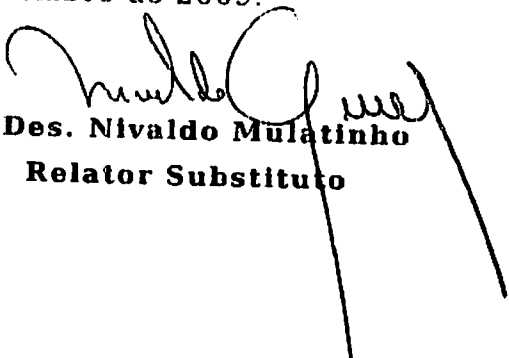
Entendo que o paciente revela-se uma ameaça à ordem pública, o que inviabiliza, no presente momento, a concessão do seu livre trânsito.

No que concerne à sustentação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, faz-se mister destacar que a instrução criminal encontra-se concluída, como bem informou o Magistrado *a quo*. Ajusta-se ao caso a Súmula de nº 52 do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

"Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

Ante o exposto, anuindo com o pronunciamento ministerial, exarado pela Procuradora de Justiça em matéria criminal, por convocação, Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 16 de dezembro de 2009.


Des. Nivaldo Mulatinho
Relator Substituto